

BOLETIM informativo

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



2021 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsmms.saude.gov.br

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva

Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa

Coordenação-Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS

Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede

CEP: 70058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-2600

E-mail: cgfip@saude.gov.br

Site: www.gov.br/saude

Editor geral:

Reginaldo Ramos Machado

Coordenador-geral:

Maurício Ottoni

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaro

Colaboração:

Anne Caroline Torres Lopes

Cristiano Freitas de Telles

Dorian Chim Smarzaro

Fabiano Messias da Silva

Henrique Flávio de Souza

Laetícia Jensen Eble

Luiza Maria Pereira Schaidt

Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

Revisão:

Laetícia Jensen Eble – CGFIP/DGIP

Mauricio Barros Ottoni – CGFIP/DGIP

Projeto gráfico:

Marconi Brito Maia

Normalização:

Daniela Ferreira Barros da Silva – Editora MS/CGDI

Luciana Cerqueira Brito – Editora MS/CGDI

OS 2021/0134

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
Sobre os <i>status</i> apresentados nos gráficos.....	5
RESULTADOS.....	6
Resultados relativos ao Plano de Saúde	6
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde	7
Resultados relativos ao RAG	11
Resultados relativos ao relatório detalhado do quadrimestre anterior	14
<i>RDQA de 2018</i>	14
<i>RDQA de 2019</i>	16
<i>RDQA de 2020</i>	18
<i>RDQA de 2021</i>	20
REFERÊNCIAS	22

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde e relatórios de gestão.

O DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento – DGMP (digisusgmp.saude.gov.br) é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

Sobre os *status* apresentados nos gráficos

Os *status* apresentados nos gráficos e tabelas referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos CS. O Quadro 1 apresenta os significados referentes a cada *status*.

Quadro 1 – Descrição dos *status*, por instrumento de planejamento do SUS

STATUS	PS	PAS	RAG	RDQA
Aprovado (a)	A gestão encaminhou o respectivo instrumento ao CS, que se manifestou favorável pela aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP.	A gestão encaminhou o respectivo instrumento ao CS, que se manifestou favorável pela aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP.	A gestão encaminhou o respectivo instrumento ao CS, que se manifestou favorável pela aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP.	
Avaliado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Encaminhado pela gestão ao CS, que se manifestou favorável. Para esse instrumento, não cabe aprovação ou não aprovação. O CS avalia e faz recomendações, caso julgue necessário. As informações devem estar registradas pela gestão no DGMP.
Aprovado(a) com ressalvas	O CS aprovou o respectivo instrumento, mas alertou para algum aspecto, que não necessariamente determinaria a devolução ao gestor para ajustes.	O CS aprovou o respectivo instrumento, mas alertou para algum aspecto, que não necessariamente determinaria a devolução ao gestor para ajustes.	O CS aprovou o respectivo instrumento, mas alertou para algum aspecto, que não necessariamente determinaria a devolução ao gestor para ajustes.	Não se aplica
Não aprovado(a)	A gestão encaminhou o respectivo instrumento ao CS, que se manifestou desfavorável à aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP	A gestão encaminhou o respectivo instrumento ao CS, que se manifestou desfavorável à aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP	A gestão encaminhou o respectivo instrumento ao CS, que se manifestou desfavorável à aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP	Não se aplica
Em análise no Conselho de Saúde	A gestão encaminhou o respectivo instrumento para apreciação no CS, que, por sua vez, ainda não se manifestou quanto à apreciação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP	A gestão encaminhou o respectivo instrumento para apreciação no CS, que, por sua vez, ainda não se manifestou quanto à apreciação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP	A gestão encaminhou o respectivo instrumento para apreciação no CS, que, por sua vez, ainda não se manifestou quanto à apreciação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP	A gestão encaminhou o respectivo instrumento para apreciação no CS, que, por sua vez, ainda não se manifestou quanto à apreciação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP
Em elaboração	A gestão acessou o campo do respectivo instrumento no DGMP e registrou pelo menos uma diretriz	A gestão acessou o campo do respectivo instrumento no DGMP e atualizou pelo menos uma meta ou registrou algum valor na parte orçamentária	A gestão finalizou a PAS relativa ao RAG	A gestão finalizou a PAS relativa ao RDQA
Retorno para ajustes	A gestão já encaminhou o instrumento para apreciação no CS, que julgou necessário solicitar mais informações ao gestor.	A gestão já encaminhou o instrumento para apreciação no CS, que julgou necessário solicitar mais informações ao gestor.	A gestão já encaminhou o instrumento para apreciação no CS, que julgou necessário solicitar mais informações ao gestor.	A gestão já encaminhou o instrumento para apreciação no CS, que julgou necessário solicitar mais informações ao gestor.
Não iniciado(a)	A gestão não registrou pelo menos uma diretriz no respectivo campo do instrumento no DGMP	A gestão não atualizou pelo menos uma meta ou não registrou algum valor na parte orçamentária no respectivo campo do instrumento no DGMP	A gestão não finalizou a PAS relativa ao RAG	A gestão não finalizou a PAS relativa ao RAG

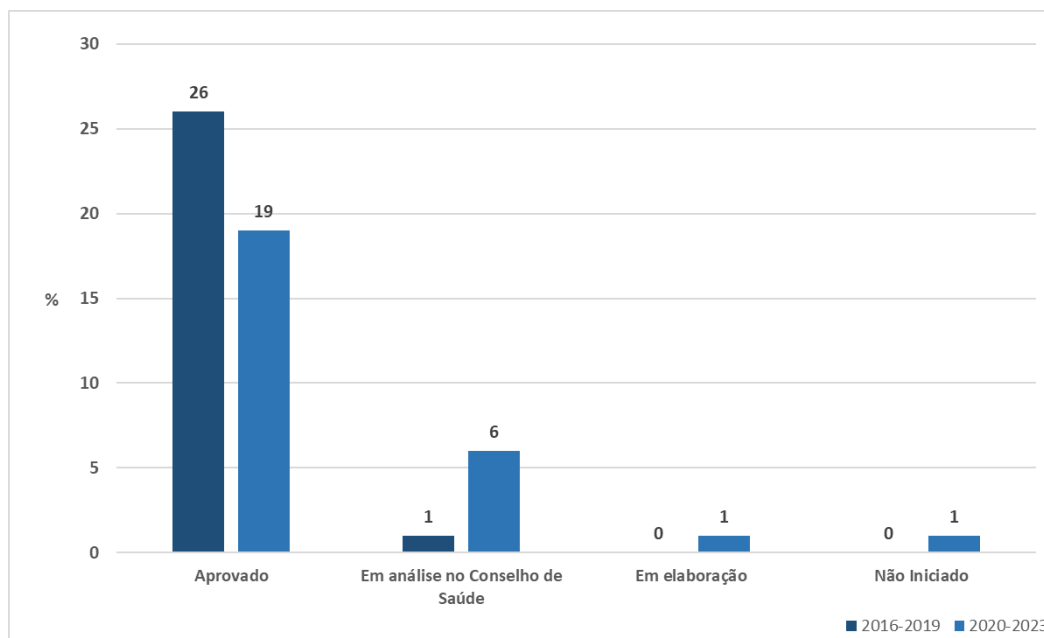
Fonte: Brasil (2021).

RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do PS para os estados e o Distrito Federal nos quadriênios 2016-2019 e 2020-2023.

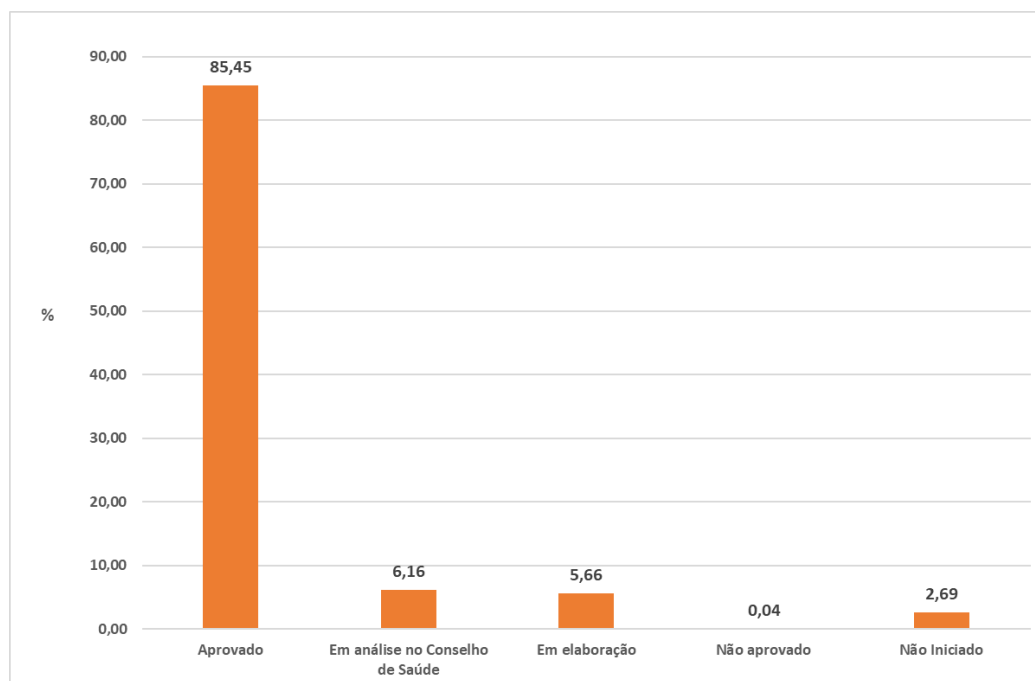
Gráfico 1 – Situação do plano de saúde das unidades federativas, segundo *status* (2016-2019 e 2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Para os municípios, o PS vigente é para o quadriênio 2018 a 2021. Aproximadamente 85% dos municípios brasileiros registraram no DGMP informações relativas ao PS aprovado no CS, segundo demonstra o Gráfico 2.

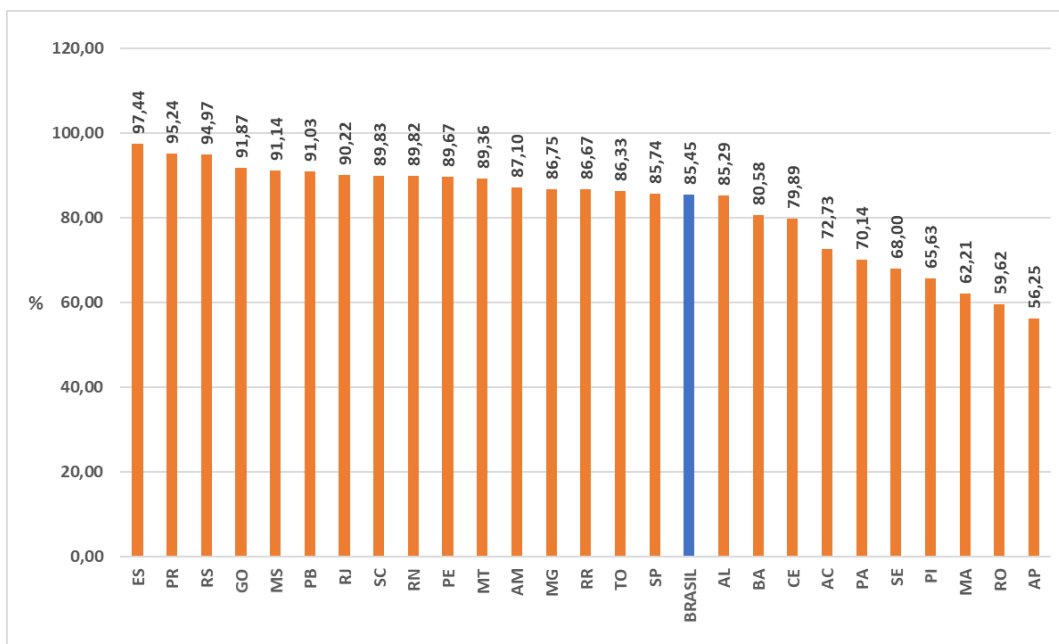
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo *status* (2018-2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

O Gráfico 3 detalha a análise por estado, apresentando o percentual de municípios com plano aprovado de acordo com os registros no DGMP.

Gráfico 3 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2018-2021)

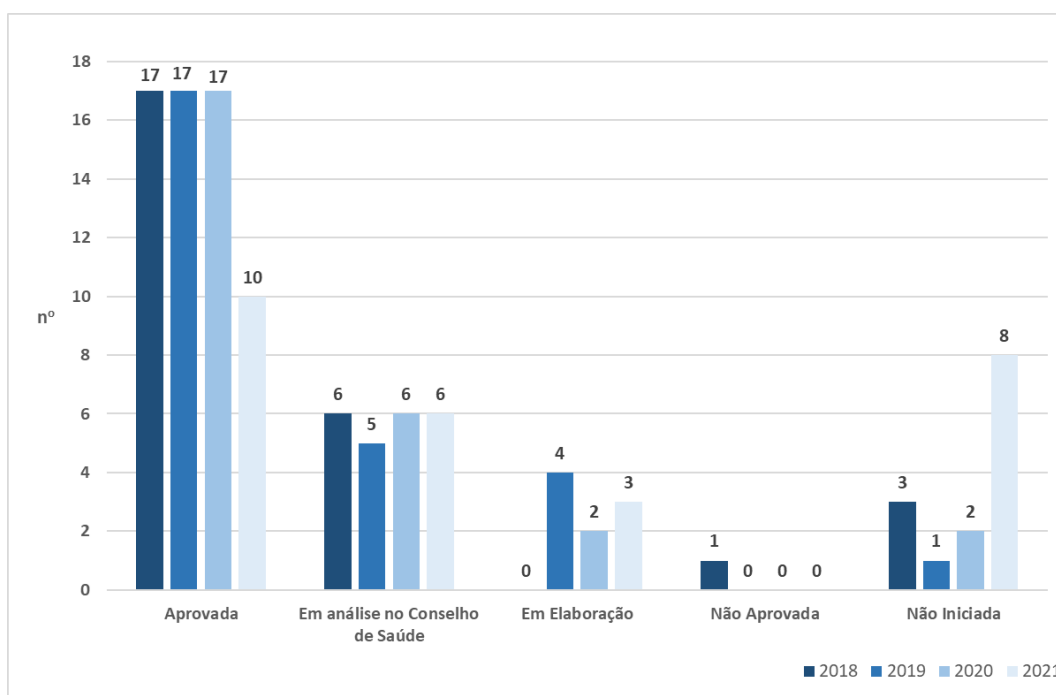


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se pelo Gráfico 4 que o número foi semelhante para os três primeiros anos da série: 2018 (24), 2019 (22), 2020 (23) e 2021 (16). Oito unidades federativas não tinham iniciado o registro dos dados da PAS 2021 no sistema.

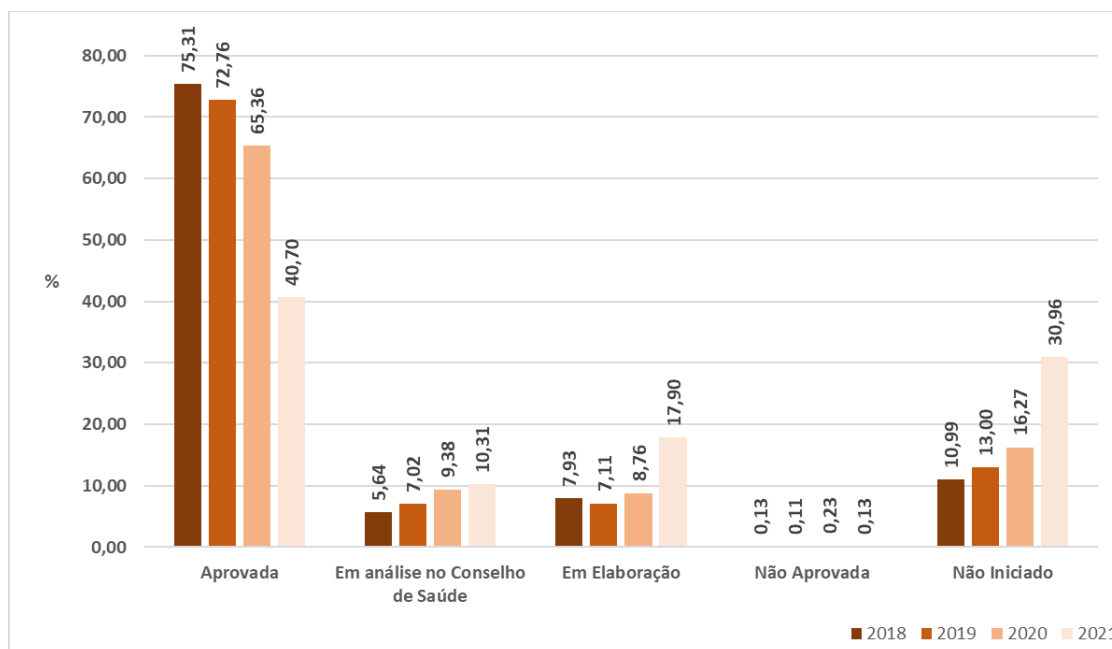
Gráfico 4 – Situação da PAS das unidades federativas, segundo *status* (2018 a 2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em Análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se que essa proporção foi maior nos anos iniciais da série: 2018 (81,08%), 2019 (79,89%), 2020 (74,97%) e 2021 (51,14%). Com relação aos municípios que não iniciaram o registro da PAS no DGMP, observa-se a maior proporção no último ano: 2018 (10,99%) e 2019 (13,00%), 2020 (16,27%) e 2021 (30,96%), conforme Gráfico 5.

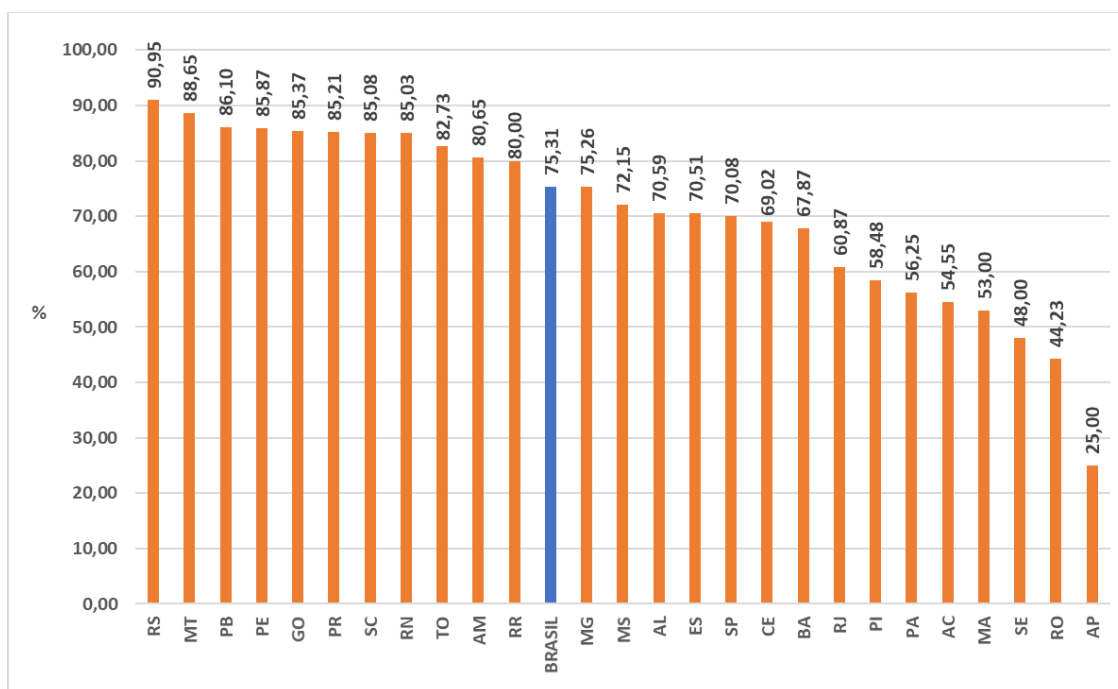
Gráfico 5 – Situação da PAS dos municípios brasileiros, segundo *status* (2018 a 2021) (Em %)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Detalhando-se a situação da PAS 2018 dos municípios por estado, observa-se que 90,95% dos municípios do Rio Grande do Sul estavam com esse instrumento aprovado de acordo com os registros no DGMP. A menor proporção foi observada no Amapá (25,00%), enquanto a proporção para todo o país foi de 75,31%. O Gráfico 6 demonstra esse percentual em todos os estados brasileiros.

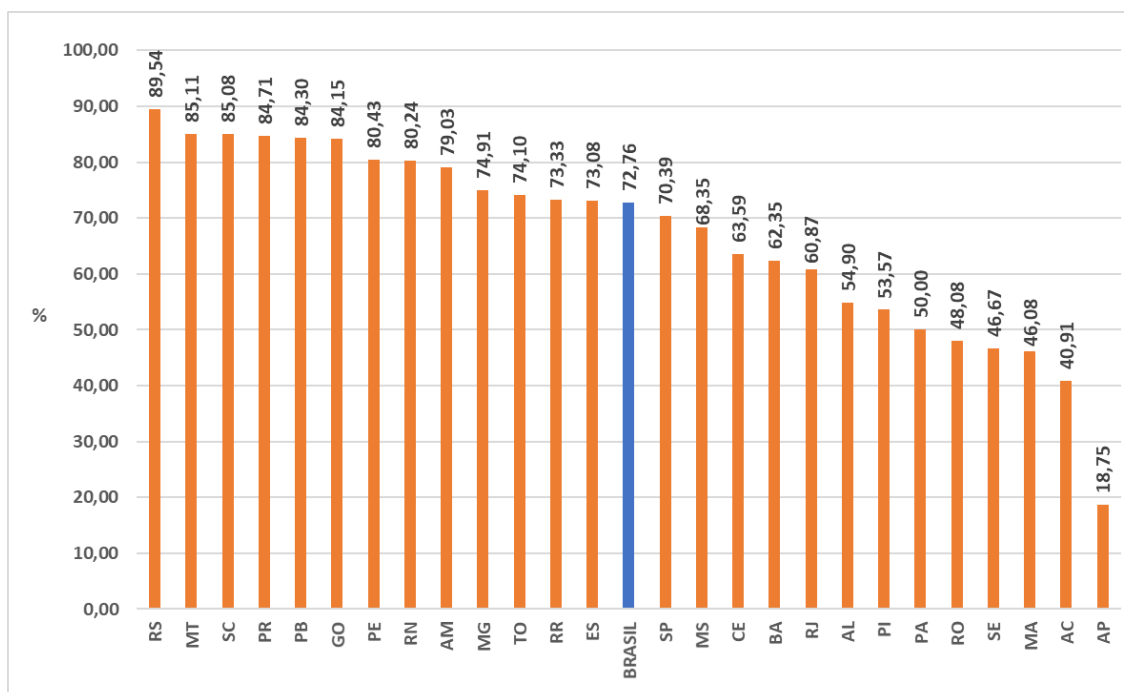
Gráfico 6 – Proporção de municípios com a PAS 2018 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (89,54%). A proporção para todo o país foi de 72,76%. A situação de todos os estados é apresentada no Gráfico 7.

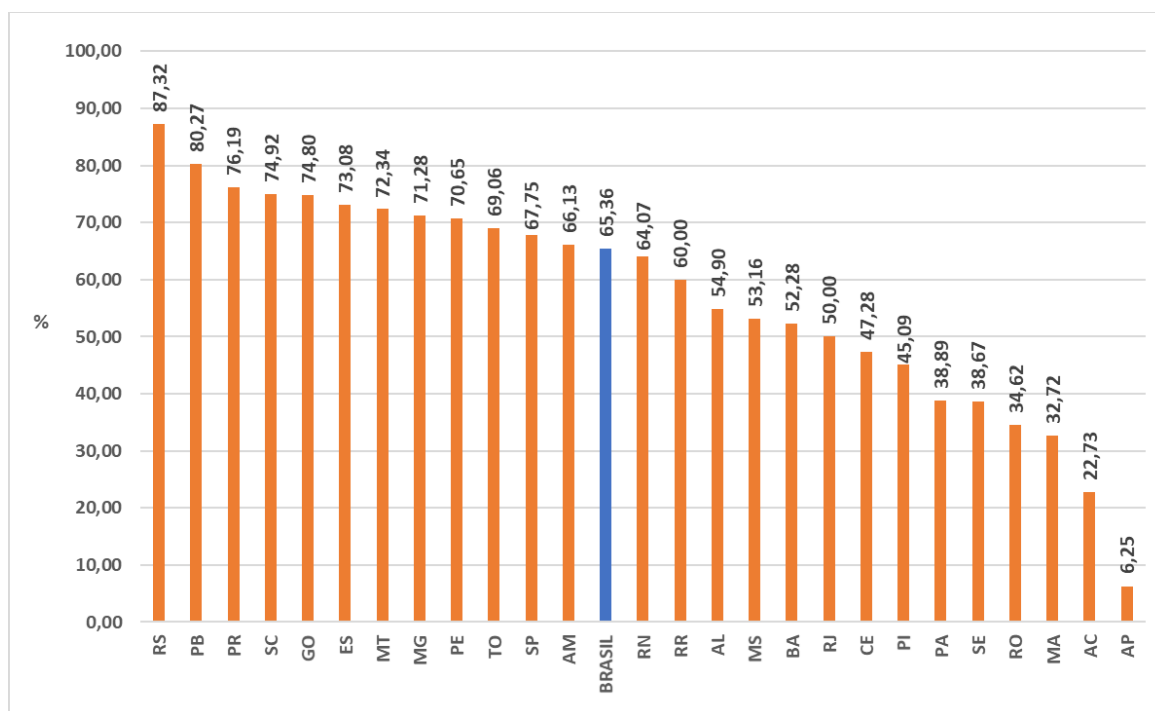
Gráfico 7 – Proporção de municípios com a PAS 2019 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Para a PAS 2020, a proporção de municípios brasileiros com o referido instrumento aprovado foi de 65,36%. A maior proporção foi observada no estado Rio Grande do Sul (87,32% dos municípios). A situação por estado está descrita no Gráfico 8.

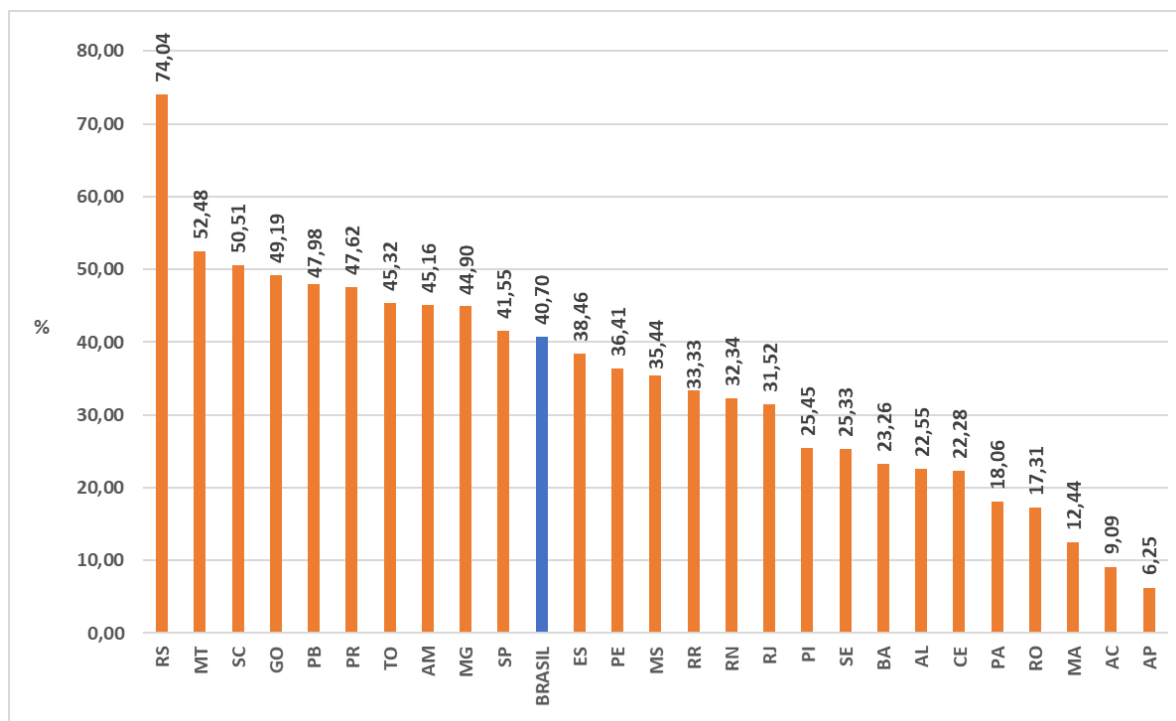
Gráfico 8 – Proporção de municípios com a PAS 2020 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Já para o ano de 2021, cerca de 41% dos municípios brasileiros estavam com a PAS aprovada no DGMP (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Proporção de municípios com a PAS 2021 aprovada no DGMP, segundo estado

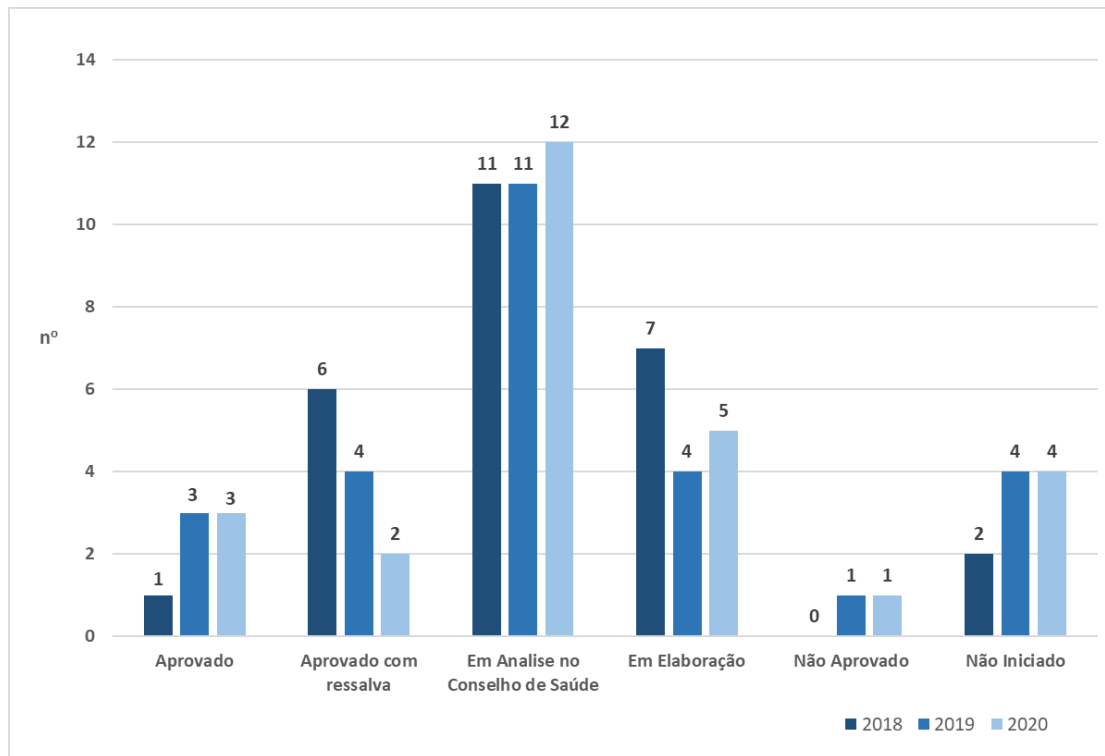


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Resultados relativos ao RAG

Mais da metade das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAGs de 2018 (18), 2019 (19) e 2020 (18) para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no conselho de saúde), conforme Gráfico 10.

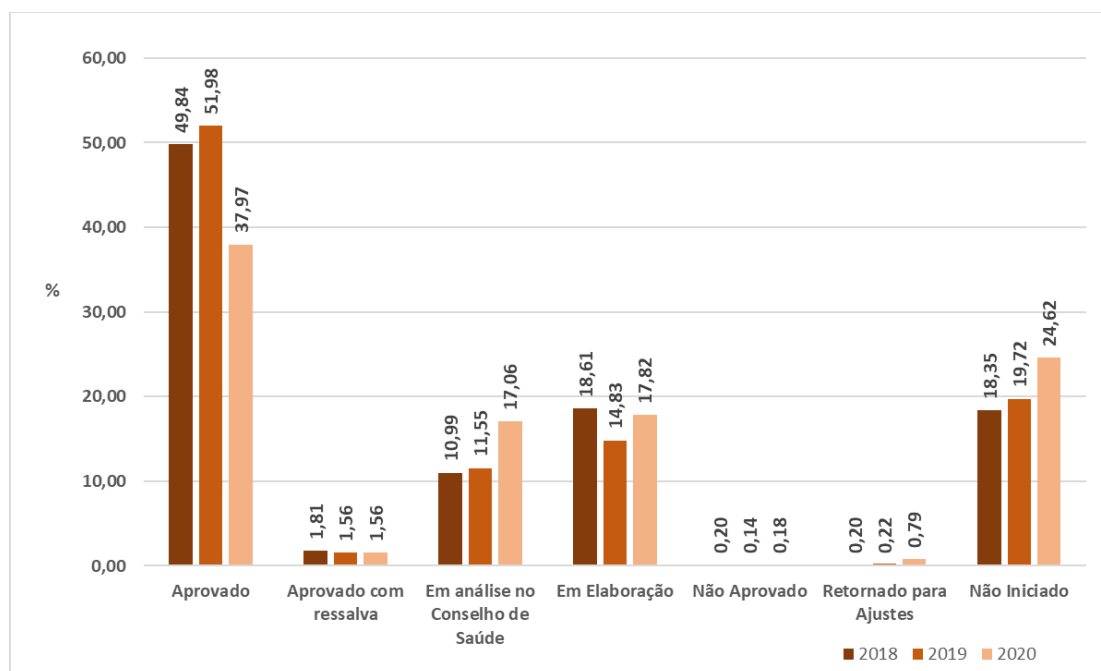
Gráfico 10 – Situação do relatório de gestão das unidades federativas, segundo *status* (2018 a 2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Quanto aos municípios, mais da metade encaminhou para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no conselho de saúde) o RAG 2018 (62,84%) e RAG 2019 (65,23%). Para o ano de 2020, a proporção observada foi de 56,77%, conforme Gráfico 11.

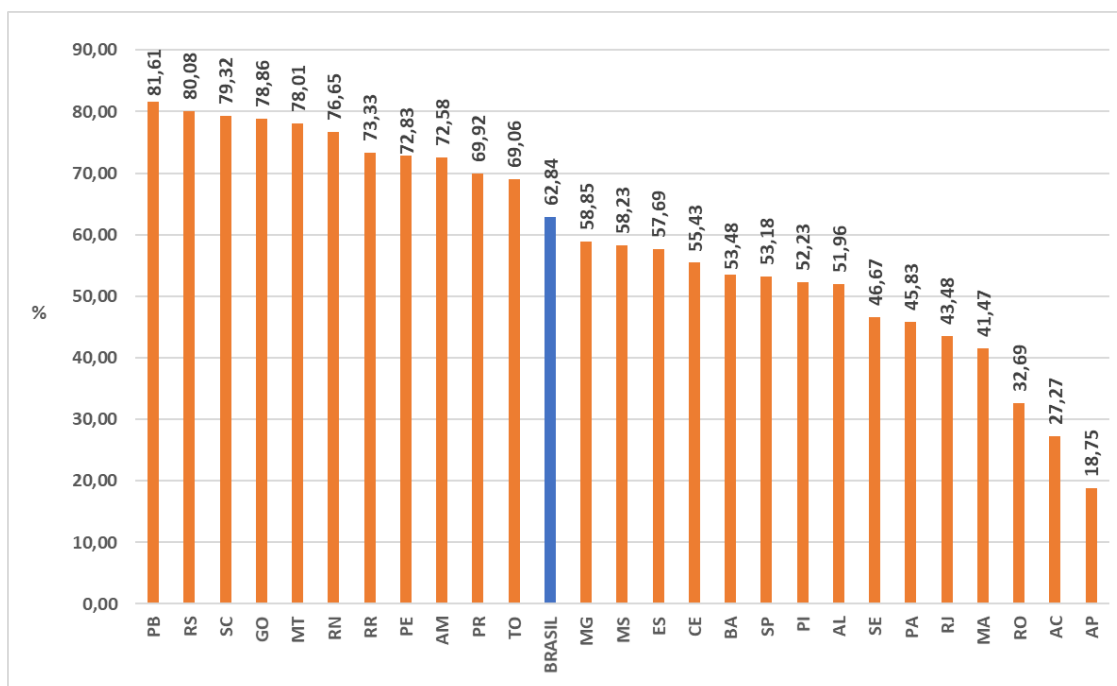
Gráfico 11 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Detalhando-se a análise por cada estado, em relação aos municípios que encaminharam o RAG 2018 (Gráfico 12) para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em Análise no Conselho de Saúde), observa-se a maior proporção no estado da Paraíba (81,61% dos municípios). Considerando-se todos os municípios do país, a proporção é de 62,84%.

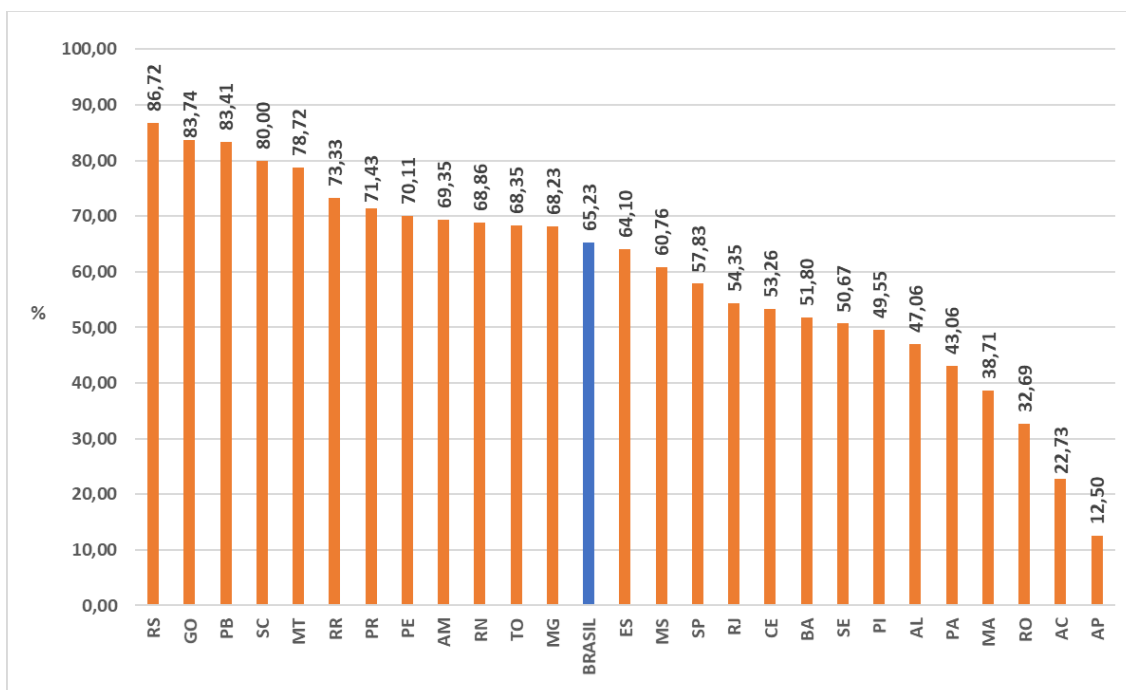
Gráfico 12 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Para o ano 2019, a proporção de municípios brasileiros que elaboraram e encaminharam o RAG no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em Análise no Conselho de Saúde) apresentou um pequeno incremento em relação ao ano anterior: 62,84% (2018) e 65,23% (2019). Destaque para o estado do Rio Grande do Sul (86,72% dos municípios). O detalhamento por estado é apresentado no Gráfico 13.

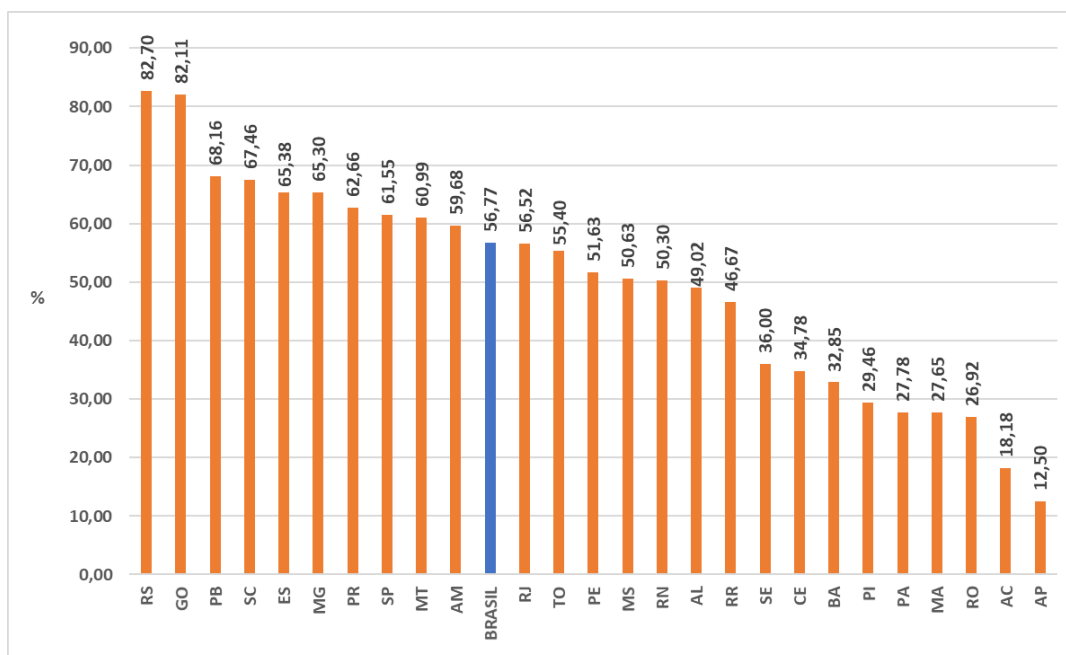
Gráfico 13 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Para o ano 2020, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em Análise no Conselho de Saúde) foi de 56,77%, conforme Gráfico 14. Rio Grande do Sul foi o estado que apresentou a maior proporção de municípios nessa condição (82,70%) e a menor proporção foi observada no estado do Amapá (12,50% dos municípios).

Gráfico 14 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



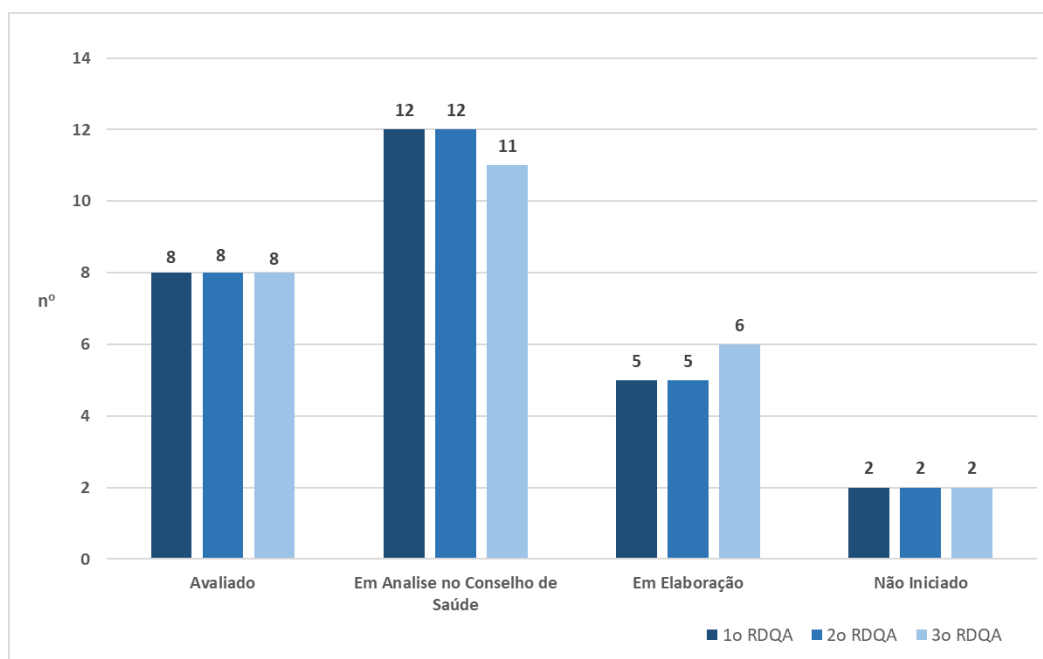
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Resultados relativos ao relatório detalhado do quadrimestre anterior

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no conselho de saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme Gráfico 15.

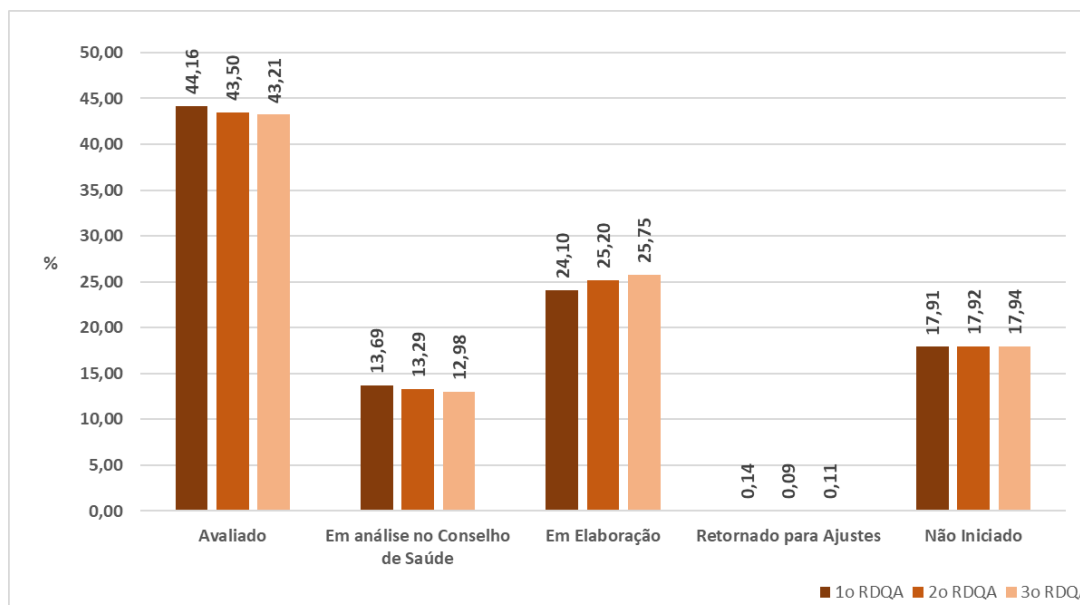
Gráfico 15 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três quadrimestres de 2018, 56,94% encaminharam o RDQA para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) (Gráfico 16).

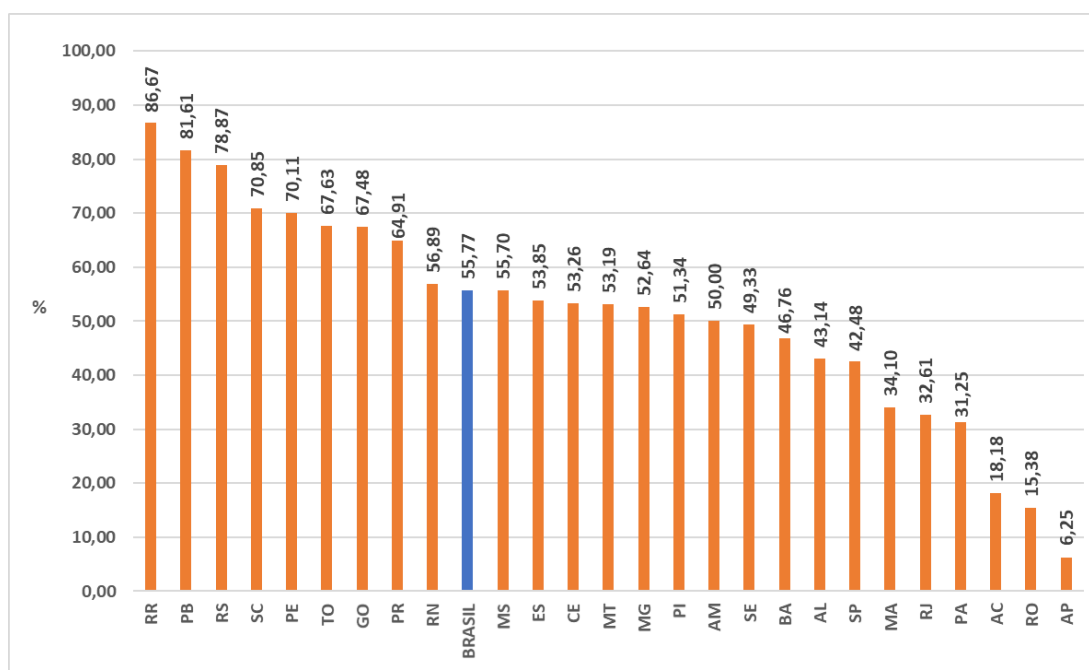
Gráfico 16 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Detalhando-se a análise por cada estado, com relação aos municípios que encaminharam os três RDQAs de 2018 no DGMP (Avaliado + Em análise no conselho de saúde), apurou-se que a melhor situação foi observada no estado de Roraima (86,67% dos municípios). Considerando todos os municípios do país, essa proporção ficou em 55,77%. O detalhamento completo está exposto no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Proporção de municípios que encaminharam os três RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado

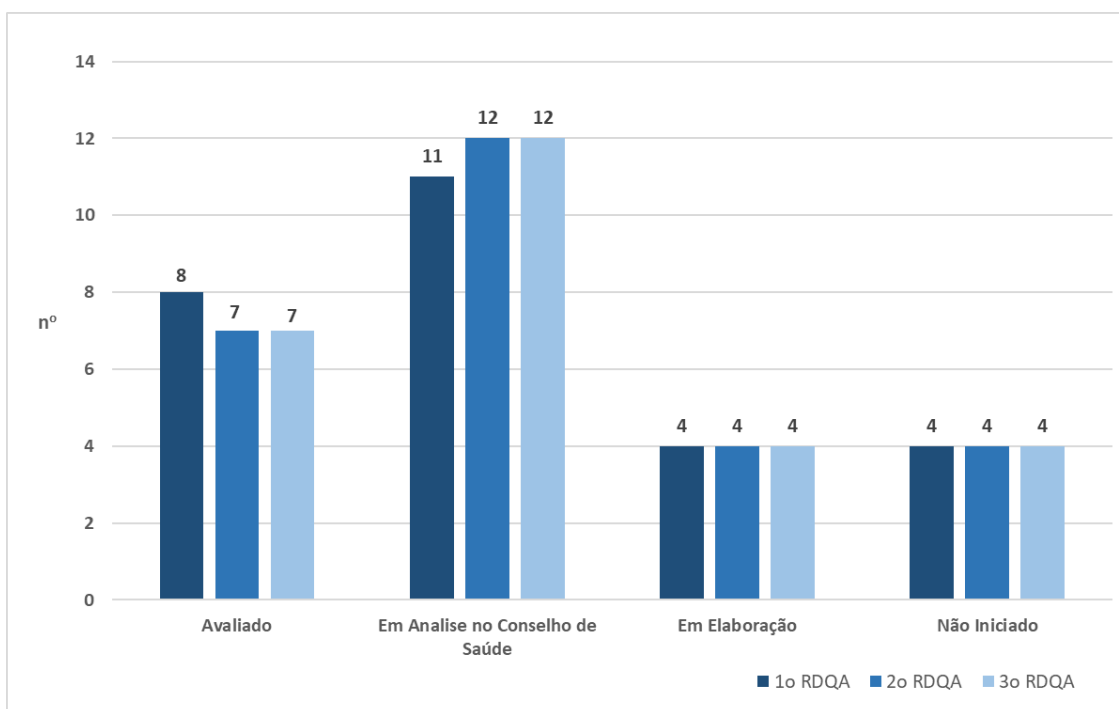


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

RDQA de 2019

Dezenove unidades federativas encaminharam o RDQA para avaliação no CS nos três quadrimestres de 2019. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no Gráfico 18.

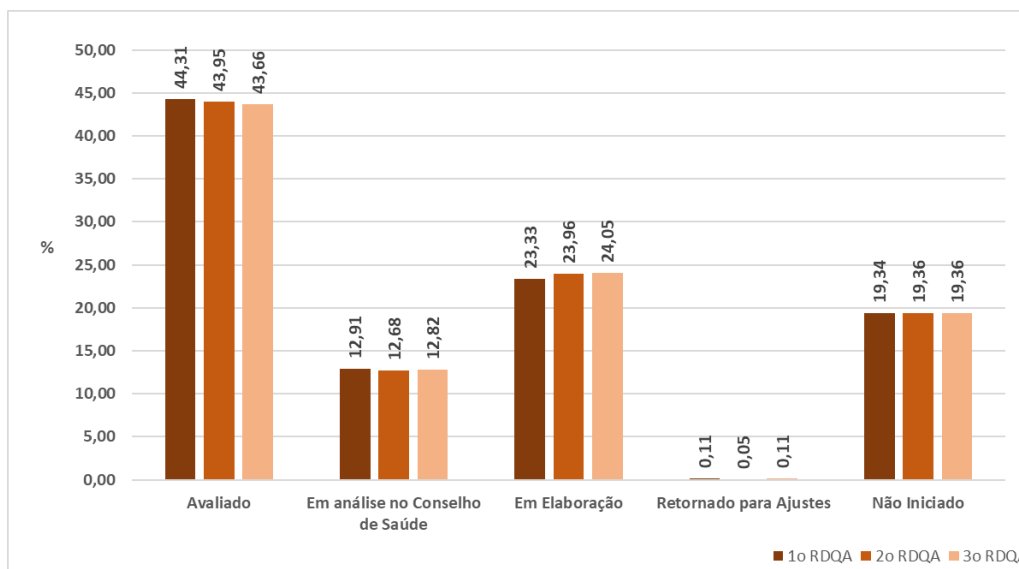
Gráfico 18 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo *status* (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

A mesma análise realizada para os municípios aponta que a proporção dos que encaminharam os RDQAs de 2019 (Avaliado + Em análise no conselho de saúde) possui média semelhante à observada em 2018. A média dos três quadrimestres de 2018 foi de 56,94%, enquanto a média para os três quadrimestres de 2019 foi de 56,78%. O percentual dos que não iniciaram foi de 19,35% na média dos três quadrimestres, conforme dados apresentados no Gráfico 19.

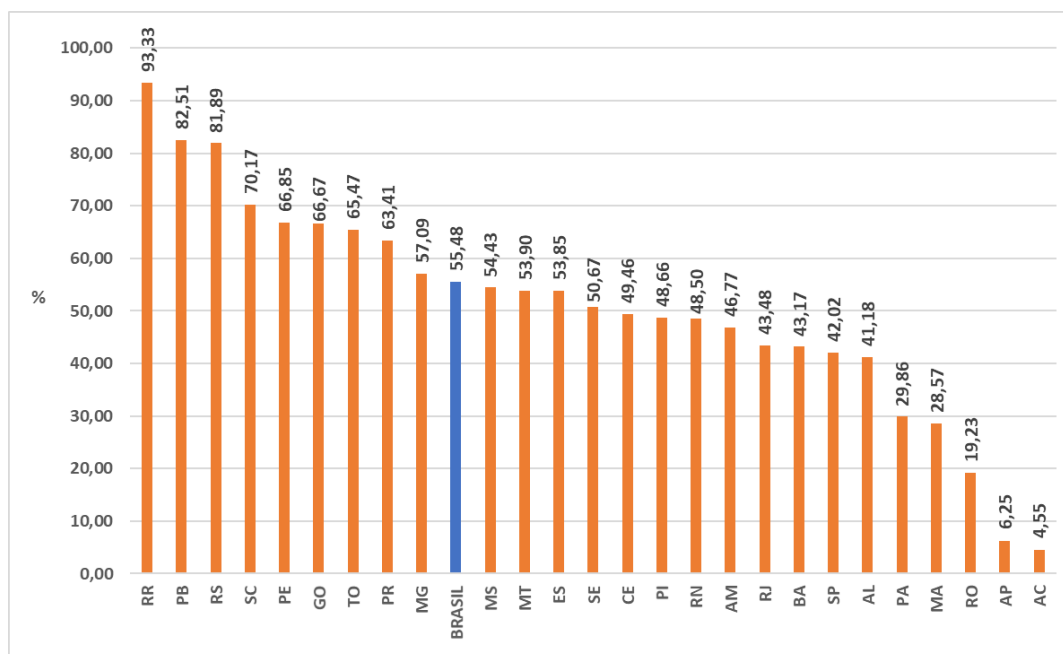
Gráfico 19 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Detalhando-se a análise por cada estado, no que se refere aos municípios que encaminharam os três RDQA de 2019 no DGMP (Avaliado + Em análise no conselho de saúde), observa-se que 55,48% dos municípios de todo o país se enquadravam nessa condição. O detalhamento por estado é apresentado no Gráfico 20.

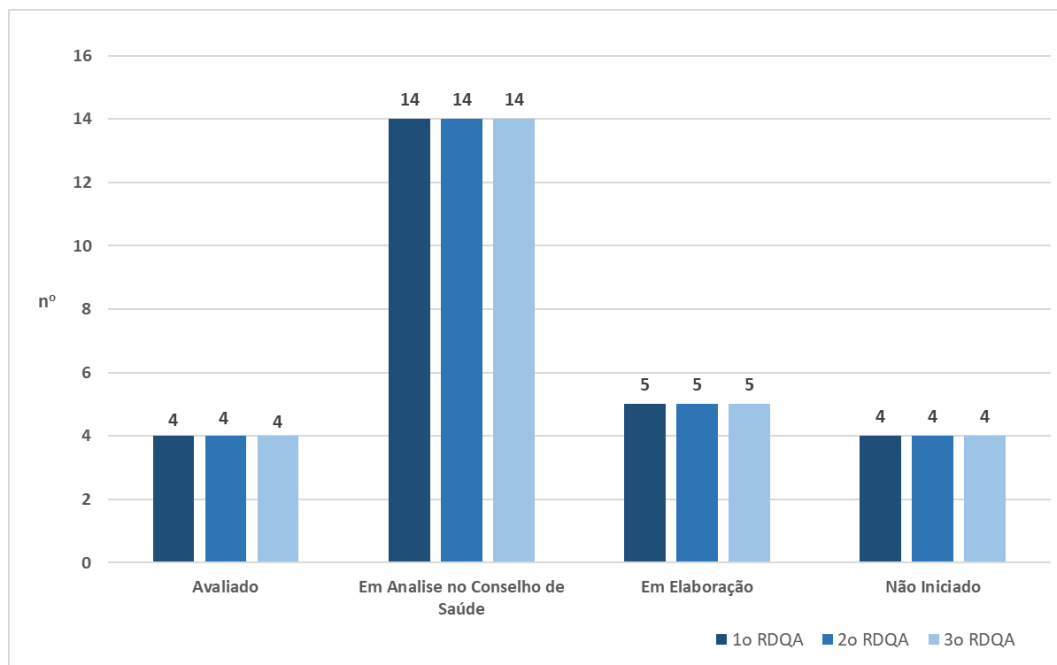
Gráfico 20 – Proporção de municípios que encaminharam os três RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Conforme o Gráfico 21, o quantitativo de unidades federativas que encaminharam os RDQAs de 2020 para apreciação no conselho de saúde é semelhante nos três quadrimestres. Quatro unidades federativas não tinham iniciado a elaboração dos RDQAs no DGMP.

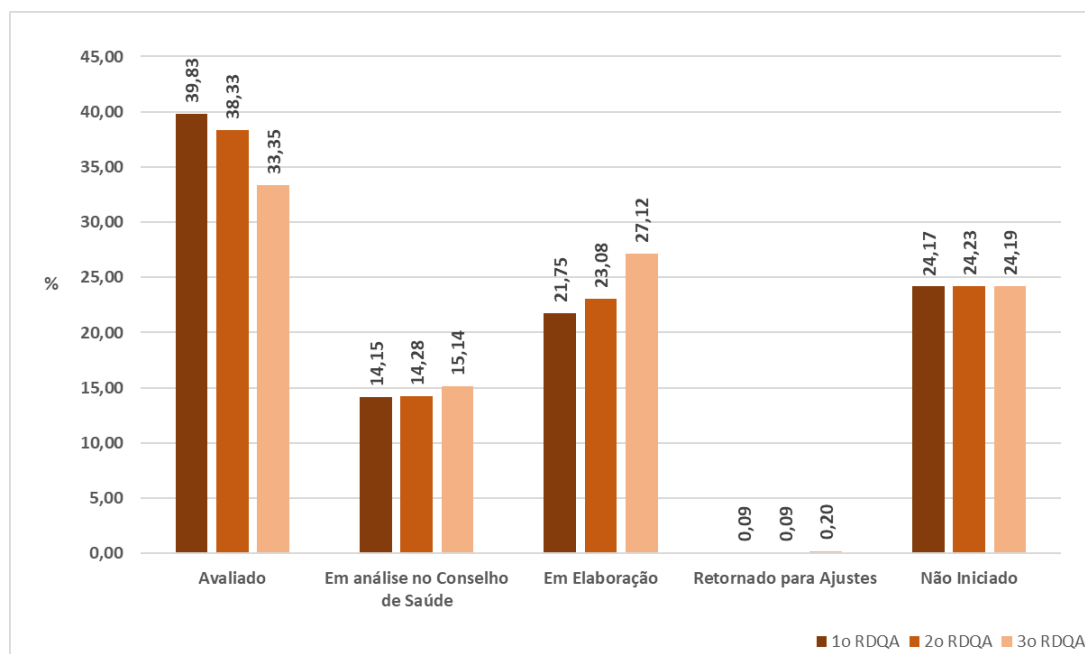
Gráfico 21 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Em análise similar para os municípios, verifica-se que 53,99% encaminharam o 1º RDQA de 2020 para apreciação no CS. Esse percentual cai para 52,61% e 48,49% no 2º RDQA e 3º RDQA, respectivamente (Gráfico 22).

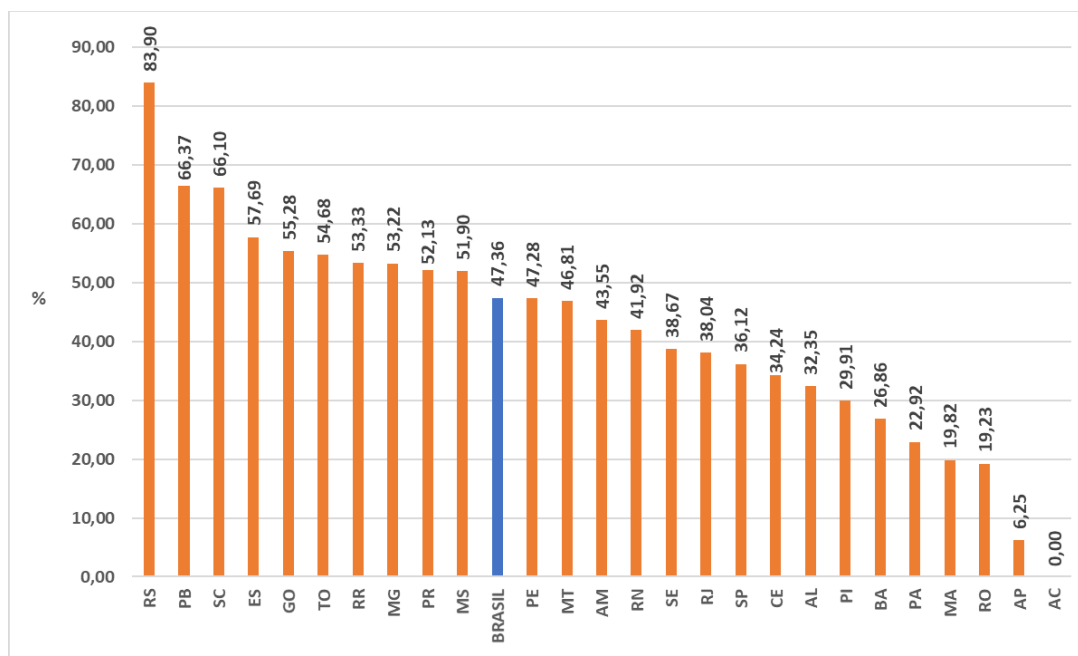
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Detalhando-se a análise por cada estado, no que se refere aos municípios que elaboraram e encaminharam os três RDQAs de 2020 no DGMP (Avaliado + Em análise no conselho de saúde), observa-se que 47,36% dos municípios de todo o país se enquadravam nessa condição e a maior proporção foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (83,90%). O detalhamento por estado é apresentado no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Proporção de municípios que encaminharam os três RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado

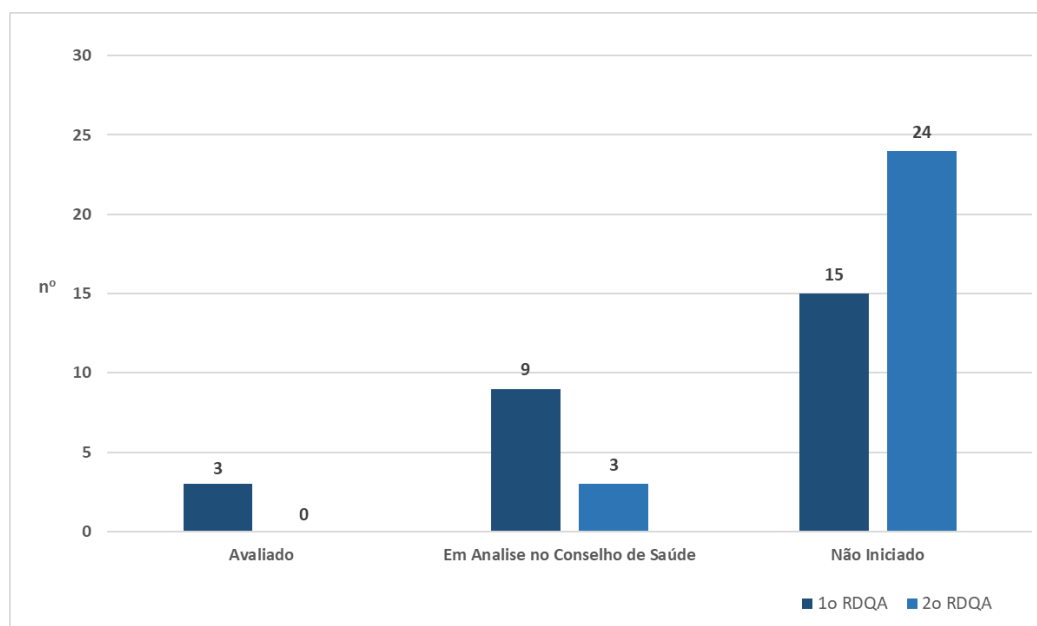


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

RDQA de 2021

Com relação ao 1º RDQA e 2º RDQA de 2021, a maior parte das unidades federativas não havia iniciado o seu preenchimento (Gráfico 24).

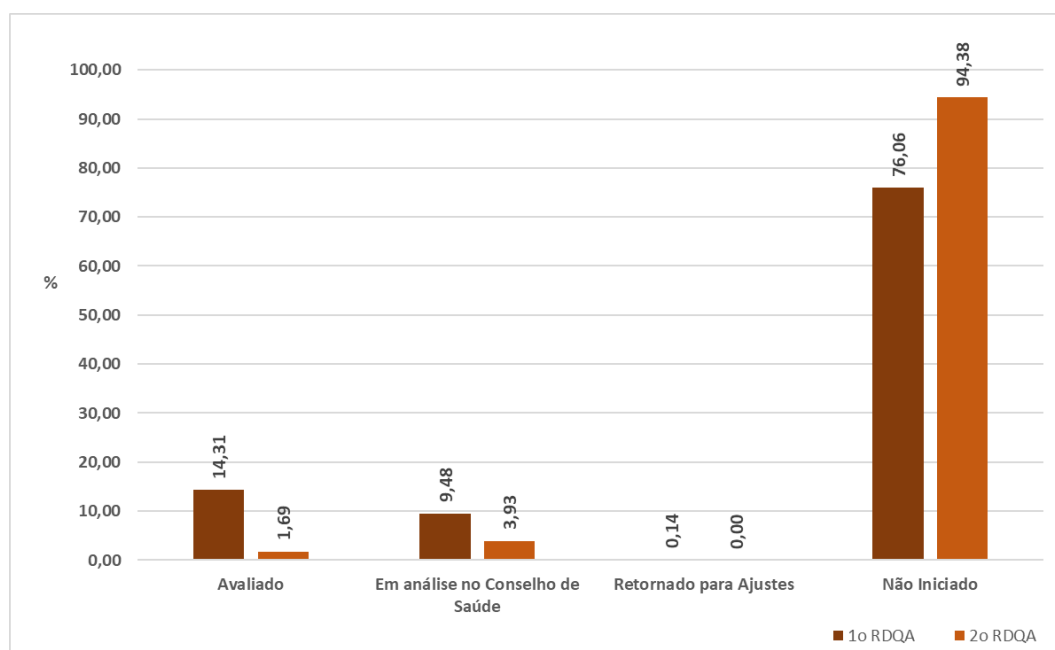
Gráfico 24 – Situação do 1º RDQA de 2021 das unidades federativas, segundo status



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Para os municípios, observou-se que 23,79% e 5,62% encaminharam, respectivamente, o 1º RDQA e o 2º RDQA de 2021 para apreciação no CS (Avaliado + Em análise no CS). Entretanto, a maior parte dos municípios não havia iniciado a elaboração dos dois referidos RDQAs (Gráfico 25).

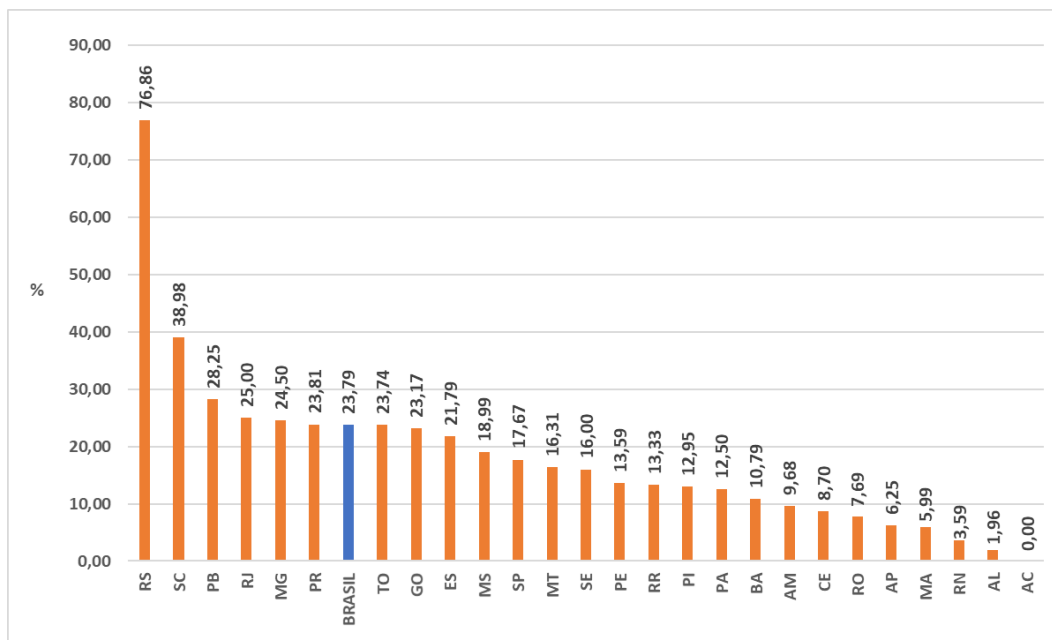
Gráfico 25 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º RDQA de 2021



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Entre os municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2021 para apreciação no CS (Avaliado + Em análise no CS), a maior proporção foi observada no estado do Rio Grande do Sul: 76,86% dos municípios desse estado estavam nessa condição. Os percentuais por cada estado são apresentados no Gráfico 26.

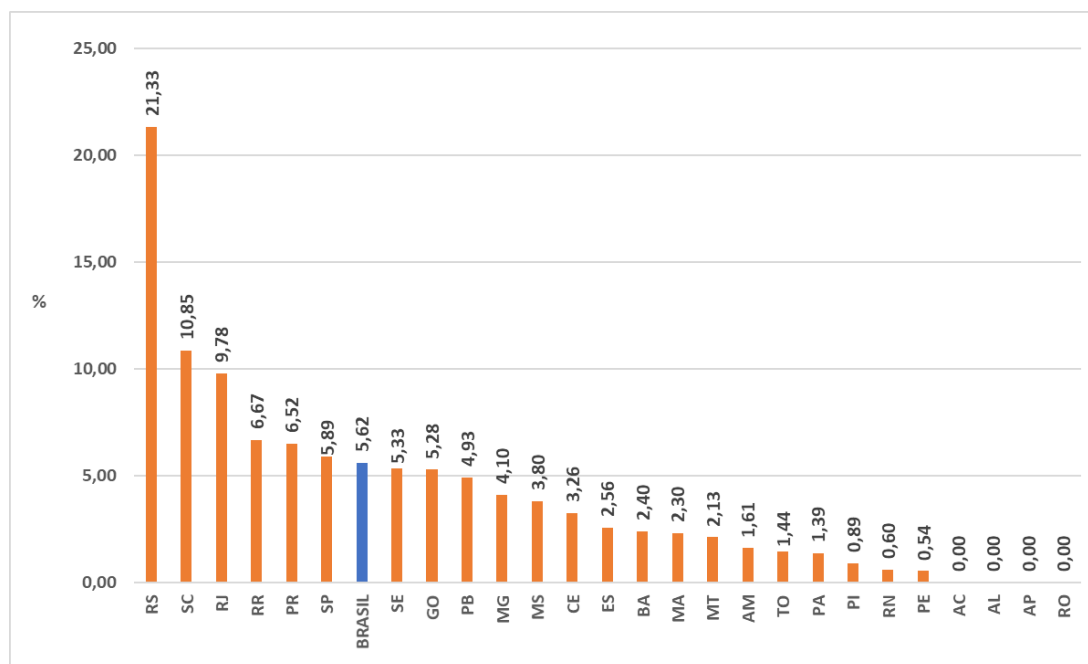
Gráfico 26 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

Com relação ao 2º RDQA de 2021, apenas 313 municípios (5,62% do total) encaminharam para apreciação no CS (Avaliado + Em análise no CS). A maior proporção foi observada no estado do Rio Grande do Sul (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgmp>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.
Responda à pesquisa disponível por meio do link:
<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

**Governo
Federal**